



O MST E AS AÇÕES DIRETAS: a luta por políticas públicas e a construção do sujeito coletivo

Helois Gomes Bandeira¹
Márcia Regina Mariano de Sousa²

Resumo: Este trabalho debruça-se sobre o processo de constituição do sujeito coletivo Sem Terra e da conquista de hegemonia do MST através da luta por políticas públicas para o campo brasileiro. A pesquisa analisa as ocupações do MST-Ceará em órgãos governamentais em 2008 e observa como a luta pela política agrária contribui para formar um novo sujeito político. Lançamos o olhar para a relação entre a conquista material e o processo de construção de uma nova hegemonia, que pressupõe o despertar das consciências e a recriação ética do trabalhador rural.

Palavras-chave: MST, hegemonia, reforma agrária.

Abstract: This work is leaned over on the process of constitution of the collective citizen Without Land and the conquest of hegemony of the MST through the fight for public politics for the Brazilian field. The research analyzes the occupations of the MST-Ceará in governmental bodies in 2008 and observes as the fight for the agrarian politics contributes to form a new citizen politician. We launch the look for the relation between the material conquest and the process of construction of a new hegemony, that estimates the wakening of the consciences and the ethical recriação of the agricultural worker.

Key words: MST, hegemony, agrarian reformation.

¹ Assistente Social. Universidade Estadual do Ceará. E-mail: heloisabandeira@yahoo.com.br

² Estudante. Universidade Estadual do Ceará.



1. INTRODUÇÃO

O campo brasileiro passou por um profundo processo de mecanização a partir da década de 1970. Esse processo, iniciado no Rio Grande do Sul com a introdução da soja, causou uma rápida expulsão de grandes contingentes populacionais que acabaram migrando ou para as cidades, ou para as fronteiras internacionais do norte do país, de acordo com a política de segurança nacional da época. (Stedile e Fernandes, 1999:16).

A mecanização da lavoura, resultado de um processo de modernização da agricultura requisitado pelo desenvolvimento capitalista no Brasil, dispensou da produção no campo, uma enorme quantidade de trabalhadores rurais. Estes, sem tantas perspectivas nas duas saídas que lhes foram apresentadas – ir para as cidades ou para as áreas do norte do país -, optaram por permanecer no campo e por resistir buscando formas de luta pela sua sustentação na terra de origem. Essa é a base social que criou o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.

No bojo da luta pela democratização, como resultado do contexto de muitas lutas pela abertura política do país entre 1979 e 1980, surge uma nova forma de pressão dos camponeses: as ocupações organizadas por dezenas de famílias. No início de 1984, os participantes dessas ocupações realizaram o primeiro encontro que deu origem ao MST. Este encontro ocorreu na cidade de Cascavel, no Paraná, em que é reafirmada a ocupação de terra como um instrumento legítimo de luta dos(as) trabalhadores(as) rurais pelo direito à terra.

Em 1985, o MST realizou o seu primeiro Congresso Nacional em Curitiba, no Paraná, cuja palavra de ordem era: “Ocupação é a única solução”.

Ao longo da sua história constata-se que o MST tem uma atuação direta muito intensa, com muitas ocupações de latifúndios, marchas, bloqueios de rodovias e grandes mobilizações. De acordo com a Ouvidoria Agrária Nacional, de 287 ocupações registradas entre janeiro a novembro de 2007, o Movimento foi o responsável por 221 ações, que representam 77% do total. O mês de abril quando ocorre a jornada em memória aos 19 trabalhadores mortos em Eldorado de Carajás, em 1996, foi o mês que registrou o maior número de ocupações em 2007. Foram 74 ocupações. O relatório revela que as 287 ocupações de terra de 2007 representam o segundo maior volume de ocupações nos cinco anos de Lula na presidência da República. Apenas em 2004, quando ocorreram 327 ocupações, esse número foi superior a 2007.



No presente trabalho, realizamos análise documental, revisão bibliográfica e observação participante na ocupação do INCRA do Ceará em julho de 2008, e na marcha contra a criminalização dos movimentos sociais realizada em Fortaleza com destino ao Ministério Público Estadual no mesmo período, momentos únicos de apreensão da forma de luta do MST, da organização do Movimento no âmbito da sua atuação direta, da linguagem utilizada pelos dirigentes e demais participantes, bem como das palavras de ordem, da mística e das músicas, elementos importantes na construção do sujeito de novo tipo preconizado pelo MST.

A partir de então pudemos tecer algumas considerações sobre o processo educativo empreendido pelo Movimento com os sujeitos políticos do campo através da reivindicação material por políticas públicas de reforma agrária.

2. DESENVOLVIMENTO

O grande desencadeador do acirramento e da explicitação da questão agrária no Brasil revela-se hoje no MST. A luta pela reforma agrária, realizada por meio de ocupações de instituições públicas e privadas resultou, no ano de 2008, em grandes mobilizações.

No mês de abril ocorre a Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária que é utilizada para protestar contra a paralisação em que esta se encontra no Brasil, além de ser um instrumento de denúncia à ação violenta da Polícia Militar no Estado do Pará, que em 17 de abril de 1996, assassinou 19 trabalhadores rurais no município de Eldorado dos Carajás.

Em 2008, desde o dia 11 de abril, a Jornada já havia mobilizado acampados e assentados de diversos Estados do Brasil e além de lembrar os 12 anos do Massacre de Carajás, que permanece gravemente impune, as ações enfatizaram a necessidade de agilizar a desapropriação de fazendas improdutivas para a reforma agrária e a liberação de crédito para os assentamentos.

Dentre as ações da Jornada estão ocupações de terras, marchas, acampamentos, manifestações e protestos, em sedes de bancos públicos, secretarias e órgãos dos governos federal e estadual, em todas as regiões do país, numa mobilização que envolve aproximadamente 10.000 Sem-Terras. Estes cobram também investimento nas áreas de assentamento para ampliar a produção e para a construção de habitações rurais.

As principais exigências do MST ao governo federal na Jornada de Lutas foram as seguintes: a primeira diz respeito a retomada das desapropriações de terra e assentamento das famílias acampadas em todo o país. O Movimento reivindicava um plano



emergencial de assentamento de todas as 150 mil famílias acampadas, a criação de um mecanismo que acelere os processos de desapropriação, aprovação do projeto de lei que determina que as fazendas que exploram trabalho escravo sejam destinadas para Reforma Agrária, destinação de áreas hipotecadas no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal para a Reforma Agrária.

Em segundo lugar o Movimento exigiu que fosse criada uma linha de crédito específica para assentamentos, que viabilize a produção de alimentos para a população das cidades.

Em terceiro lugar, a reivindicação dizia respeito à habitação rural. O MST vem desenvolvendo junto com o Incra, em parceria com a CEF, um programa de reforma e construção de casas no meio rural, especialmente nos assentamentos de Reforma Agrária. O total da demanda para a habitação rural, de acordo com o grupo de trabalho composto por movimentos sociais, para 2007 era de 100 mil unidades. Até agora, foram contratadas apenas 8 mil unidades, sendo que somente 2 mil foram destinadas para assentamentos.

Como continuidade da Jornada de Lutas em abril, amplamente noticiada e criminalizada pela mídia, o MST promove no Ceará, no mês de julho de 2008, uma ocupação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que tinha como principais reivindicações a desapropriação de terras para reforma agrária, agilidade nos processos de licença ambiental da Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Ceará (SEMACE) para se conseguir infra-estrutura hídrica e social para os assentamentos, elaboração de um calendário de vistorias para a realização de cadastramento das famílias que vivem em acampamentos e contra uma determinação da Controladoria Geral da União (CGU) que afirma que servidores municipais não podem morar em área de assentamento rural.

Participamos dessa ocupação a fim de observar a forma de organização Sem Terra no espaço da luta direta. Eram cerca de 1.000 manifestantes entre mulheres, homens, jovens, crianças, que se dividiram nos espaços do Incra para levar adiante as reivindicações acima arroladas. As tarefas eram divididas em brigadas de segurança, alimentação, limpeza, havia os (as) responsáveis pela Ciranda Infantil e o grupo de negociação, além de ocorrer uma programação intensa durante a ocupação.

Uma das ações finais da Jornada de Lutas no Ceará, foi a realização de uma marcha que se destinava ao Ministério Público Estadual. Saíram duas colunas de militantes, uma do Incra onde havia cerca de 1.000 trabalhadores (as) rurais acampados (as), e outra com 300 jovens, que saiu da Universidade Federal do Ceará, onde estava ocorrendo o VII



Encontro dos Jovens do MST. O ato contou com a participação de diversos movimentos sociais, que demonstraram solidariedade ao MST.

A principal reivindicação girava em torno da luta contra a criminalização que o MST vem sofrendo pelo Poder judiciário no RS.

3. CONCLUSÃO

Ao iniciarmos uma reflexão sobre as intervenções diretas organizadas pelo MST, revisitamos o pensador sardo Antônio Gramsci e sua conceituação acerca do processo de conquista de hegemonia.

Tendo em vista a relação orgânica entre estrutura e superestrutura, Gramsci analisou o problema revolucionário como um problema de hegemonia, que se manifesta a nível superestrutural, mas que têm origens e retorno à estrutura, portanto, deve ser observado na totalidade social.

Para ele, a “anatomia” detalhada por Marx foi fundamental para a explicação dos movimentos sociais revolucionários, de forma não idealista e não subjetivista. Contudo, determinada a “anatomia”, é preciso partir dela e compreender a totalidade da sociedade. É daí que o autor chega à noção de hegemonia e bloco histórico. Desta argumentação, podemos desenvolver um pouco mais as relações que as necessidades imediatas e materiais mantêm com as superestruturas ideológicas.

Segundo Gruppi (2000, p. 79), a concepção gramsciana acerca da conquista da hegemonia revela que neste processo há a necessidade de que a classe que almeje a hegemonia saiba indicar de modo concreto a solução para os problemas e tenha uma concepção de mundo que conquista novos aderentes, que unifica o alinhamento que se forma em torno dela. Resolver os problemas concretos da coletividade é um passo muito importante na constituição da hegemonia de determinado grupo.

Nos grandes acontecimentos do MST- Ceará no ano de 2008, quais sejam, a Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária, a ocupação do Incra- Ceará e a marcha ao Ministério Público Estadual do Ceará produzidos pelo MST são exemplos da atuação do Movimento que demonstra defender uma pauta bem próxima da realidade do (a) trabalhador (a) rural.

Pode-se concluir que o MST atua concretamente na vida do homem e da mulher do campo. Esse fator de concretude e proximidade com a realidade material da população rural que o MST imprime nas suas lutas, contribui de forma bastante eficaz na sua legitimação entre os povos do campo com os quais o MST tem contato. Torna-o uma



referência importante na medida em que o trabalhador (a) rural reconhece no MST um porta-voz de seus anseios e necessidades, identifica o MST como algo que luta por toda uma coletividade e consegue resultados práticos.

Segundo as idéias de Gramsci, Gruppi (2000, p. 68-69) nos aponta um aspecto desse caráter educativo presente nas ações diretas:

[...] se as classes subalternas são dominadas por uma ideologia que as atinge através de mil canais, sob a ação das classes dominantes, o fato é que as necessidades efetivas, as reivindicações, inclusive relativamente espontâneas, das classes subalternas impulsionam tais classes a ações, a lutas e movimentos, a um comportamento mais geral que entra em contradição com a concepção do mundo na qual elas foram educadas.

Em todos os momentos da ocupação do Incra, os (as) dirigentes reuniam todos (as) e após a reunião de negociação, falavam sobre o que havia sido dito na negociação e discutiam sobre o que poderiam negociar. Pudemos compreender, a partir das falas dos (as) dirigentes que conduziam as negociações, que sempre faziam conexões entre a luta específica material pela qual estavam lutando ali, com questões mais gerais, amplas que refletem e expõem o modelo concentrador e injusto das relações de produção do sistema capitalista.

Este jeito de fazer a luta social que produz sujeitos sociais é exatamente o jeito de vincular a luta específica com as grandes questões humanas e sociais de seu tempo. A natureza da luta pela terra, que mistura a luta pelo direito ao trabalho diretamente com a vida que a própria terra simboliza, parece predispor para esta sensibilidade. Mas nem todas as lutas pela terra que aconteceram na história foram capazes de produzir sujeitos sociais, identidades políticas e culturais que fossem elos de um processo histórico mais amplo. (Caldart, 2001, p.10)

Dessa forma a conquista de uma reivindicação concreta, material, próxima da realidade dos (as) trabalhadores (as) rurais é conectada com uma atividade pedagógica intensa, na medida em que os dirigentes conduzem tais reivindicações para um destino onde elas tiveram origem, ou seja, para as causas de tais problemáticas, e desse modo, contribuem também para produzir “sujeitos sociais”, ou seja, pessoas conscientes do processo profundo de produção do que se mostra apenas como aparente e superficial, com o objetivo de levar sempre a reflexão à luta mais ampla e revolucionária.

Portanto, as ações diretas, direcionadas pelo MST, são dotadas de um sentido pedagógico profundo, em que os militantes em ação pela pauta de políticas públicas para o campo, são dirigidos à superação de suas necessidades imediatas meramente. Podemos relacionar esse momento com o que Gramsci (1991, p. 53) chama de superação do momento simplesmente “econômico-corporativo” ao momento “ético-político”.



Os momentos de gritar as palavras de ordem eram riquíssimos, pois vimos trabalhadores rurais, que são historicamente estigmatizados, que são rotineiramente observados pelo poder público como povos atrasados e analfabetos, estarem ali tão conscientes de seus direitos, mais vivos e presentes do que nunca no cenário político cearense, como uma força política construída, viva e atuante, difícil de encontrar principalmente numa conjuntura na qual vivemos atualmente, tão adversa à conscientização, à construção coletiva, à resistência.

Podemos, sem correr o risco de incorrerem em exageros, reconstruir e vivificar o que Gramsci falava a respeito da “catarsis” através das ações intensas que o MST cria no campo brasileiro e na política brasileira como um todo.

Gramsci emprega o conceito de “catarsis” para identificar o instante da passagem do momento puramente econômico ao momento ético-político,

[...] isto é, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. Isto significa, também, a passagem do ‘objetivo ao subjetivo’ e da ‘necessidade à liberdade’. A estrutura da força exterior que subjuga o homem, assimilando-o e o tornando passivo, transforma-se em meio de liberdade, em instrumento para criar uma nova forma ético-política, em fonte de novas iniciativas. A fixação do momento ‘catártico’ torna-se assim, creio, o ponto de partida de toda a filosofia da práxis; o processo catártico coincide com a cadeia de sínteses que resultam do desenvolvimento dialético. (Gramsci, 1991, p. 53)

Dessa forma, os acontecimentos de ocupação de terras, prédios públicos e privados, enfim, a luta direta se torna, a partir das formas de atuação do MST, as quais apresentamos algumas acima, repleta de sentido pedagógico e se torna um aprendizado constante dos que dela participam.

Isso é revelado através de falas e atitudes presenciadas por nós na ocupação do Incra. Trabalhadores (as) rurais levantam seus braços e gritam por Reforma Agrária, justiça, e direitos sociais negados historicamente. Contudo, mais do que simplesmente levantarem seus braços e vozes, esses (as) trabalhadores (as) permanecem firmes e constantes numa ocupação com infraestrutura precária de banheiros, de alojamentos, de alimentação, com o propósito da vitória. É o propósito da vitória material, no entanto, a vitória acumulada subjetivamente se sobrepõe de forma avassaladora e se revela na pressão e na permanência dessas pessoas na luta.

Os Sem Terra se fortalecem como sujeitos e se firmam como identidade, à medida que suas ações conseguem pôr em questão e, ao mesmo tempo, afirmar valores, provocando as pessoas a pensar para além da ação que enxergam. ‘Cada vez que caem cercas a sociedade é obrigada a olhar-se e a discutir o tamanho das desigualdades, o tamanho da opulência e da miséria, o tamanho da fartura e da fome...’ (Pedro Terra, poeta, 1995). Em uma ocupação de latifúndio há um valor posto em questão: o da propriedade em si mesma; e há valores afirmados ou reafirmados: o da vida e do direito de lutar por ela. (Caldart, 2001, p.10)



A luta direta, portanto, significa tanto uma conquista de aspectos materiais, mas principalmente de aspectos subjetivos, ideológicos. Vê-se que a participação nas lutas diretas por políticas públicas para o campo, gera uma conquista cultural importante na pessoa que participa. Conquistas culturais que contribuem para a superação do senso comum. A construção de uma concepção crítica que superou o senso comum, mesmo que permaneçam limitações, é chamada por Gramsci de “bom senso”.

O resgate das raízes culturais, o estímulo que o Movimento provoca nos(as) acampados(as) e assentados(as) no que concerne à resistência desses povos no campo, sua permanência no local de origem, com dignidade, cria e recria uma legitimidade e gera uma importância do “modo de sentir das grandes massas”.

A permanência das ações diretas do MST e a permanência firme da população rural envolvida com o MST em tais ações é fruto desse processo de tomada de posse de uma concepção de mundo, da “catarsis” se fazendo presente, mesmo que ainda em decurso, do direcionamento político deliberado que existe nas ações do MST que provoca uma disputa de hegemonias no interior das populações camponesas.

É preciso sempre ressaltar que o processo de constituição de hegemonia é lento e cheio de contradições, de avanços e recuos, de ruptura e continuidade, contudo, a luta por políticas públicas voltadas para o meio rural brasileiro, empreendida principalmente pelo MST vem trazer à tona a formação de um novo sujeito, de um sujeito coletivo vindo do campo com força e vontade de resistir, assim como Martins (1989, p. 15) nos aponta: “o tempo da sujeição está vencido.”

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALDART, Roseli Salete. **O MST e a formação dos Sem Terra: o movimento social como princípio educativo.** Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 08/10/2008

GRAMSCI, Antônio. **Concepção Dialética da História.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci.** 4ª ed. Rio de Janeiro: edições Graal, 2000.



MARTINS, José de Souza. **Caminhada no chão da noite**: emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo. São Paulo: Hucitec, 1989.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

STEDILE, João Pedro e FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.